

1ATA 03/09 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

2Aos 5 dias do mês de fevereiro, com início as 18:40 horas e tendo por local o Auditório da Secretaria
3Municipal da Saúde de Porto Alegre, sito na Avenida João Pessoa, 325, realizou-se mais uma Plenária
4Ordinária do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre, com a seguinte proposta de pauta. 1)Abertura,
52)Apreciação e votação da ata 01/09, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura e apreciação dos Pareceres 08/09 e
6079/08, 5)Informes e Pauta Principal: TERMO DE MUNICIPALIZAÇÃO DO MURIALDO. Estavam
7presentes os seguintes conselheiros titulares: 1)ABDON MEDEIROS FILHO, 2)REJANE HAIDRICH,
83)MARTA MARCANTONIO, 4)ANTONIO LOSADA, 5)JOÃO BATISTA FERREIRA 6)MARIA
9LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 7)IONE TEREZINHA NICHELLE, 8)PAULO GOULART
10DOS SANTOS, 9)ELIANA DE MIRANDA PAIM, 10)MARIA ENCARNACION MORALES
11ORTEGA, 11)OLIR CITOLIN, 12)ELEN MARIA BORBA, 13)JOSÉ CARLOS SILVEIRA
12VIEIRA, 14)CARLOS PINHEIRO, 15)GILMAR CAMPOS, 16)LAUDENIR MACHADO DE
13FIGUEIREDO, 17)TANIA LEDI DA LUZ RUSCHINSQUE, 18)LINDSEY MARILYN DA SILVA
14LARSON, 19)SALETE CAMERINE, 20)SANDRA MELLO PERIN, 21)MASURQUETE DE
15AZEVEDO COIMBRA, 22)VERA TEREZINHA LEONARDI, 23)NEIO LUCIO FRAGA
16PINHEIRO, 24)GISLAINE MARGAIDA RODRIGUES, 25)ISIS AZEVEDO DA SILVEIRA,
1726)PAULA GUNTZEL, 27)KAREM RAMOS CAMARGO, 28)CLAUDIA FELDMANN
18GONÇALVES, 29)ALCIDES POZZOBON, 30)RITA DE CASSIA DA ROSA BISPO, 31)IZOLDA
19MACHADO RIBEIRO, 32)JAMES MARTINS DA ROSA. Os conselheiro suplentes presentes eram:
201)MIRIAM FRANÇA, 2)OSCAR RISSIERI PANIZ, 3)MARIZETE FIGUEIREDO RODRIGUES.
21Registraram suas faltas: 1)Márcia Nunes, 2)Guaciara Abreu, 3)Zilda de Moraes Martins, 4)Gilmar
22França, 5)Gilnei Rachinhas, 6)Maria Ivone Dill, 7)Roger dos Santos Rosa. A coordenadora MARIA
23LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA encaminha a apreciação da Ata 01/09, solicitando se há alguma
24proposta de correção ou alteração. Nada havendo é encaminhada a votação da mesma, sendo aprovada por
2513 votos favoráveis, nenhum contrário e 5 abstenções. Encaminha então a leitura dos Pareceres. A
26conselheira ELEN BORBA apresenta então **PARECER 08/09 – PACTO – Programa de Auxilio**
27**Comunitário ao Toxicômano. Prestação de Contas do Programa Nota Solidária, 15ªEtapa. Valor de**
28**R\$ 10.206,01. Recursos do Governo do Estado do RS.** Nada havendo à esclarecer o mesmo é
29encaminhado para votação, sendo aprovado por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções.
30Prosseguindo é apresentado o **PARECER 079/08 – Verba Complementar para reforma do Centro de**
31**Saúde Vila dos Comerciantes. Valor de R\$ 151.969,95.** Antes de ser encaminhado para votação o
32Senhor CARLOS AMÉRICO BISCAIA, Administrador do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, faz
33uma apresentação, demonstrando onde será aplicado o investimento. Após, são feitos alguns
34questionamentos por conselheiros e após os esclarecimentos é encaminhado para votação, sendo aprovado
35por 28 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Dando continuidade a Coordenadora
36MARIA LETICIA, relata aos Conselheiros presentes e convidados que o Conselho Municipal de Saúde de
37Porto Alegre, juntamente com o Conselho Estadual de Saúde foi convidado a participar de uma reunião no
38Ministério Público Federal, pela Senhora Promotora ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS, onde
39esta entregou-nos um documento referente a Ação Civil Publica contra o Hospital de Clinicas da Porto
40Alegre, o Município de Porto Alegre, o Estado do Rio Grande do Sul e a União, a qual solicita que o
41Hospital atenda 100% via Sistema Único de Saúde. Como tínhamos esta plenária marcada para hoje,
42convidamos a Senhora Promotora para que se fizesse presente em nossa reunião, para que ela mesmo
43relatasse como se deu esta ação. Ficou acertado que ela viria. Porem, agora, por volta de 17:30 horas ela
44nos ligou, avisando da impossibilidade de se fazer presente, por problemas particulares. Seria uma pauta
45mais como caráter de informe, mas como temos a presença do Dr. GILBERTO BARICHELLO, Diretor
46Administrativo-Financeiro do Grupo Hospitalar Conceição, ouviremos dele como aconteceu este
47processo lá naquela instituição. Vou fazer um rápido resumo da leitura que fiz da Ação. Então esta ação
48foi ajuizada contra o Hospital, o município, o Estado e a união, para que o Hospital cumpra a Legislação
49Federal, a Lei Orgânica da Saúde, a Portaria do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, do

50 contrato firmado com o Gestor Municipal dedicando a totalidade dos leitos ativos e procedimentos
51 médicos praticados no Sistema Único de Saúde. Determina também ao Gestor do Sistema Único de Saúde
52 que fiscalize o cumprimento de tal determinação. Outras considerações importantes. 93,3% de toda a
53 receita do Hospital de Clínicas provem de recursos públicos. Ele foi construído com recursos públicos.
54 Seus recursos humanos são mantidos com verba pública. Da mesma forma que os recursos
55 tecnológicos foram incorporados com verbas públicas. A relação desigual do acesso de usuários ao SUS e
56 não SUS, com prejuízo aos princípios norteadores do SUS, quais sejam, universalidade e equidade. Em
57 2003 e 2004, ocorreu Auditoria promovida pelo DENASUS, indicando a utilização irregular da estrutura
58 do SUS, com atendimento privilegiado e facilitado aos funcionários e seus familiares. Citam a Portaria
59 MEC 1000/2004, havendo o um compromisso de em 4 anos possibilitar o atendimento em 100% pelo
60 SUS. Posteriormente temos a Portaria 2400/07 dos Ministérios da Saúde e Educação, que revoga a
61 Portaria anterior e cita os compromissos dos Hospitais de Ensino. Conselho Gestor, com participação do
62 Usuário, da comunidade acadêmica, trabalhadores e mais a
63 Comissão Permanente de Acompanhamento do Contrato, que no caso do Clínicas já esta formada. E no
64 nosso caso, quando perguntados sobre a nossa posição sobre o assunto, reafirmamos que dentro desta
65 Comissão de Acompanhamento, perseguiríamos este objetivo. Solicito então que o Dr. GILBERTO
66 BARICHELLO nos relate a experiência do Grupo Hospitalar Conceição. Inicia então o Dr. GILBERTO
67 afirmando que quando houve a publicação da Portaria em 2003, já havia a decisão do GHC de encerrar
68 todos os contratos com convênios particulares, inclusive o IPE (Instituto de Previdência do Estado), que é
69 meu convênio, pois sou funcionário de carreira da Secretaria de Saúde do Estado. Nós assumimos em 26
70 de fevereiro de 2003 e já neste ano, antes da Contratualização, que aconteceu no final de 2005, houve uma
71 decisão político-administrativo do Grupo Hospitalar Conceição de trabalhar com a marca 100% SUS.
72 Houve sim reação interna dos profissionais, porque não adianta, é corte de privilégios. Os amigos, os
73 parentes, os funcionários. São eles que põe as pessoas para dentro. São eles que dão alta. Para o SUS era
74 sempre mais dificultoso. Portanto a decisão não foi somente por causa de uma Lei, mas sim porque temos
75 uma concepção de SUS, de sua defesa e de sua consolidação, que tem de ser para todo o povo brasileiro.
76 Não é uma questão de renda. Portanto o conceito de universalidade, da equidade. Da integralidade, da
77 participação da comunidade no SUS tem de descer para o mundo da vida e do cotidiano das pessoas. No
78 GHC já tomamos a decisão de que toda a capacidade instalada do GHC, e esta capacidade instalada não
79 são somente leitos, é conhecimento, é ciência, é ensino, é pesquisa. Tudo isto tem de estar a disposição do
80 Sistema Único de Saúde. Inclusive o acúmulo, que tem muito dentro dos profissionais, que estão voltados
81 para esta consolidação do SUS. O segundo fundamento para transformar em 100% SUS é de que o
82 Grupo Hospitalar Conceição é público. Os recursos são públicos. A finalidade do GHC é pública. Portanto
83 não há razão de ser em trabalhar com a finalidade privada. A terceira razão é de que há, em Porto Alegre,
84 no estado e no Brasil, um processo camuflado de restrição de capacidade instalada para o SUS. Dou como
85 exemplo o GHC, que apresentou um documento para o Ministério da Saúde sobre os dados de Porto
86 Alegre em 2007, onde o GHC cresceu 5% em atendimento de média complexidade. Em Porto Alegre,
87 diminuiu 5%. Nos outros Hospitais cresceu 6% a alta complexidade. O GHC não cresceu nada na alta
88 complexidade. Isto é um problema de Gestor. A Constituição diz que o primeiro contratado para atender
89 o SUS, não interessando se é média ou alta complexidade, é a capacidade pública. Temos 35 hospitais
90 públicos no Estado. O GHC tem 12 serviços que não estão credenciados e que equivalem a 24 milhões de
91 reais por ano que não recebemos. Um exemplo de não credenciamento são os “stends” cardíacos. Quem
92 está cadastrado é o Instituto de Cardiologia, Santa Casa, PUC, Hospital de Clínicas. O GHC, que é 100%
93 SUS, não está credenciado. Está aqui na Secretaria para credenciar. Deveria ser o primeiro a ser
94 cadastrado. Os pacientes são atendidos em outros Hospitais e vão colocar os “stens”, que são caros, no
95 GHC. Temos aqui hoje pessoas que conhecem o Grupo Hospitalar Conceição mais que alguns dirigentes,
96 pois participam do Conselho Gestor. Está aqui o Senhor PAULO GOULART. Todos os meses tem reunião
97 ordinária, com 14 usuários e 14 gestores do GHC. Eles tem crachás que os autorizam a entrar em
98 qualquer local o Hospital. E tem funcionários que ainda dizem que eles não podem. Eles estão autorizados
99 a irem em qualquer local, pela Direção, pois não é somente a capacidade instalada de leitos, do

100conhecimento, dos recursos tecnológicos, que tem de e estarem voltados 100% para o SUS. O Hospital que
101não cria estrutura democrática de participação da sociedade não é 100% SUS. Este é o quarto elemento. Lá
102temos Orçamento Participativo. Todos os 30 milhões de investimento do GHC, são os usuários da Zona
103Norte e trabalhadores que decidem. Temos a Mesa de Negociação Permanente dos trabalhadores. A partir
104do ano passado conseguimos construir esta Mesa. Havia uma certa resistência de algumas categorias. O
105próprio Sindicato Médico era resistente. Quando viu o resultado da Mesa, ele se integrou a Mesa. Temos
106colegiado de Gestão. Volto a chamar a atenção que é muito mais do que o leito o 100% SUS. Os
107princípios da Constituição em de acontecer em nossos espaços. Porque não se pode fazer Orçamento
108Participativo em uma Secretaria de Saúde do Município ou do Estado? Os recursos são do Fundo
109Nacional, Estadual ou Municipal da Saúde. Este é um processo dinâmico de construção. Tem problemas.
110Mas é assim A sociedade é pluralista. Representa segmentos, com interesses diferentes. Também com
111pluralidade se constrói unidade. Não conheço o teor da decisão. Não vou entrar no mérito pois não
112conheço os detalhes. Portanto sugiro ao Conselho Municipal de Saúde que não pense exclusivamente no
113Hospital de Clínicas da agenda 100% SUS. De repente nos voltamos para o Clínicas e esquecemos outros
114Hospitais Públicos, que existem em Porto Alegre, além do GHC e Clínicas, que são Federais. Temos por
115exemplo o Instituto de Cardiologia, que pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Em tempos passados o
116Estado cedeu toda administração à Fundação de Cardiologia e que repassa à ela mensalmente recursos.
117Temos em Porto Alegre, Hospitais que são de servidores públicos. Chamo a atenção para os trabalhadores
118públicos, como eu sou. Não façam a defesa do SUS apenas pelo discurso. Comece por você. Já vi muito
119movimento sindical fazer a defesa do SUS no discurso e nos acordos coletivos, colocar plano privado. No
120GHC, enquanto estivermos lá, não licitaremos plano privado para trabalhador. Por que se o GHC serve
121para o usuário, tem de servir para o seu trabalhador. Ou a gente consolida a Agenda do SUS, não
122somente no discurso, mas na nossa realidade cotidiana de administrador, de servidor, no meu Sindicato, na
123minha Associação. Portanto, estas foram as razões que fizeram o GHC ser 100% SUS, até antes da
124Contratualização. Muito Obrigado. Seguem manifestações, iniciando com o Conselheiro HUMBERTO
125SCORZA, que desde já encaminha-se favorável a uma Resolução deste Conselho em relação ao 100%
126SUS nos hospitais públicos. Chamo a atenção para a linguagem que é utilizada pela mídia, que se utiliza
127dos leitos para referenciar o atendimento ao SUS, ou seja, o Hospital “tal” atende 60% SUS. E sabemos
128que há coisas tão, ou mais importantes que isso. Penso que uma Resolução é importante, e aqui temos o
129Presidente da COSMAN, Vereador CARLOS TODESCHINI, a quem solicitamos ajuda para divulgar o
130que se faz aqui neste Conselho, para ver como atingir outros públicos. Fala a seguir o Senhor PEDRO
131RIBEIRO, Coordenador do conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal., que já agrega ao que
132HUMBERTO propôs, de que se elabore um documento, um Manifesto e utilize os recursos que hoje a
133Comissão de Comunicação e Informação está propiciando. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA
134DE OLIVEIRA GARCIA, que para encaminhamentos, diz que o Conselho Municipal de Saúde dentro de
135suas atribuições legais publique uma resolução, dentro do que foi dito aqui e além disso, conforme
136proposta do PEDRO, que se elabore um documento com posicionamento do Conselho sobre este tema do
137100% SUS para todos os hospitais públicos. A Coordenadora MARIA LETICIA encaminha a proposta
138que é aprovada por 29 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções. Prosseguindo, a Coordenadora
139encaminha a Pauta sobre a Municipalização do Murialdo. Todos lembram que em 19 de janeiro passado
140foi assinado este Termo de Municipalização entre o Estado e o Município de Porto Alegre e o Conselho
141Municipal de Saúde não recebeu este documento, desconhecendo o teor do mesmo. Por parte do Gestor
142recebemos hoje no fim da tarde parte deste documento. Anteriormente havia me encontrado com o
143CARLOS DUARTE, presidente do Conselho Estadual da Saúde e solicitei para que ele também
144solicitasse este documento à Secretaria de Saúde do Estado. Temos aqui, representando a Mesa Diretora
145do Conselho Estadual o PAULO. Que agora pela tarde nos entregou uma cópias do Termo de
146Municipalização, que a Secretaria de Saúde do Estado repassou àquele Conselho Estadual. Temos então
147um Termo entregue pelo Senhor JAMES, que na verdade é parte do Termo e o outro documento, que o
148PAULO nos entregou, que este sim é cópia do Termo de Municipalização original, assinado pelo
149Secretário OSMAR TERRA, Prefeito JOSÉ FOGAÇA e Secretário da Saúde ELISEU SANTOS. É claro

150que não houve o tempo para analisá-lo. Já havíamos convidado o Gestor para estar aqui hoje, para nos
151falar do andamento da Municipalização e o Dr. NICOLAU LUDWIG, está presente e passo a palavra
152para ele. Manifesta-se então o Dr. NICOLAU, Coordenador da Rede de Atenção Básica. Dizendo ter sido
153designado para fazer parte da Comissão de Acompanhamento da Municipalização do Murialdo. Tivemos
154um mês para este estudo, esta transferência e conseguimos apresentar para a Secretaria da Saúde aquilo
155que foi discutido. Tivemos dificuldades pois recebemos num primeiro momento uma lista de funcionários
156incompleta. Não tínhamos bem claro o que era alugado, o que tinha de ser reformado, que seria
157disponibilizado para a Rede.. Os pontos foram colocados e o que recebemos, ou melhor, o que o Murialdo
158nos ofereceu foram os funcionários, excluídos os Mestres e os Doutores. Num primeiro momento nos
159passariam funcionários terceirizados. Percebemos que não haveria gente para atender a todos os Postos.
160Solicitamos, num primeiro momento, que nos passassem os funcionários da FUGAST e da Caixa,
161enquanto o governo do Estado fosse o que esta ai e até que a Prefeitura tivesse condições de contratar os
162recursos humanos necessários para assumir. Trabalhamos muito para que houvesse o casamento com a
163Escola Murialdo. Com o que nós estávamos recebendo, eles tinham disponibilidade de vagas para 30
164residentes. Do jeito que as Unidades seriam passadas para nós não havia possibilidade de nenhuma
165residência. Então ficamos com 7 residentes e deixamos para março ou abril conseguimos mais vagas.
166Neste exato momento nós estamos funcionando, nas Unidades de Saúde, com as condições extremamente
167precárias, pois nos passaram as Unidades com funcionários em férias, licenças prêmios que não tínhamos
168com completar. Ai tem situações em que o Médico fica de manhã e a Enfermeira pela tarde. Ai tem
169médico que adoeceu, enfermeira que adoeceu e o usuário fica sem o Posto Ai o Conselho exige uma
170posição. Como ficam os outros locais, na cidade?. Temos uma programação de instalar neste ano 35
171Equipes de Saúde da Família, que estão sendo analisadas. Temos uma série de dificuldades. O Conselho
172manifesta uma certa intolerância. Muitos funcionários do Murialdo sentem-se rejeitados. Tem gente que
173fez contato comigo para ir para outro lugar. A Rede trabalha 11 horas por dia. O Murialdo trabalha oito
174horas por dia. O Murialdo vem mal há muito tempo. O Secretário atual de saúde começou a discutir ao
175menos a uns dois anos, desde que assumiu. A Secretaria do Estado tinha feito um calculo que poderia nos
176repassar 800 mil por mês. Ai como o Secretário se interessou, fecharam em 300 mil e o Secretário disse
177que assim não haveria condições. Ai chamaram e ofereceram 500mil e o Secretário vai assinar e vira 300
178mil reais. E fecharam nos 300 mil. Recebemos o Murialdo com greve atrás de greve. Não estava
179funcionando. A comunidade, em partes, apoiava a greve. Passeatas a favor da greve. Parece que não tinha
180interesse em Assistência a Saúde. Prosseguindo, encaminha a Coordenadora as intervenções do plenário.
181Fala o senhor PEDRO RIBEIRO, que diz que em função da dimensão do problema do Murialdo, da
182abrangência populacional, da carência de mão de obra, já deveria estar sendo olhado a nível de
183planejamento a muito tempo. Uma das coisas que deveria ser providenciado é um curso sobre o SUS, pois
184a gente houve coisas de quem ocupa um cargo público de gestão que não acredita. Manifesta-se a seguir a
185Conselheira MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, que dirigindo-se ao Dr. NICOLAU, diz
186para ele que está muito impressionada com o que ouviu a pouco dele, sobre o Murialdo. Não pode dizer
187que o Gestor não era sabedor das condições e precariedades físicas das Unidades do Murialdo, pois em
1882005, o Conselho Municipal da Saúde juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde fez um
189levantamento detalhado em todas as Unidades de Saúde do Município, sobre as condições de trabalho
190nestas Unidades. Até a comunidade tem culpa. Não entendo. Mesmo sendo uma população que não
191“pertencia” ao Município ela é moradora de Porto Alegre. Fala a seguir a Conselheira e Coordenadora do
192Distrital Partenon ELIANE PAIM. Quero dizer que no dia 25 de janeiro recebi um telefonema sobre a
193Unidade 5, perguntando o que fazer pois não havia como atender os usuários, pois estava sem médico. Eu
194sugeri que se fechasse a Unidade. Nós temos direito a ser atendidos por médicos e não por Residentes. A
195médica que saiu já havia avisado de a muito que sairia, pois entraria em licença-maternidade. O Dr.
196ELSON, que é o responsável pelo pessoal do Murialdo, simplesmente ignorou. Ficamos sem médico nem
197enfermeiro para se responsabilizar pelos Residentes. Hoje me informaram que desde as 3 horas da manhã
198estava se acumulando gente diante da porta do Posto 2 e que não seriam atendidos pois os médicos
199estavam em férias. Então, Dr. NICOLAU, o Murialdo está demais. Outra coisa. A Farmácia estavam

200atulhada de medicamentos. Eles não estavam indo para os Postos. Na sexta feira o pessoal começou a
201distribuir e hoje não há mais medicamentos. Nem curativo. Fala a seguir o Senhor CLAUDIO
202AUGUSTIN, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do RS, que disse ficou muito
203preocupado quando dias atrás a imprensa lhe ligou comunicando que estava sendo assinada a
204municipalização do Murialdo. Não contarei toda a história do Murialdo, mas ela tem de ser discutida. No
205mês de dezembro, nesta sala, por uma ação conjunta do Conselho Estadual de Saúde e Conselho
206Municipal de Saúde, ocorreu uma reunião que tentou encaminhar a questão Murialdo. Não vou falar da
207“não “ exposição das posições da Prefeitura e do Governo do Estado em todo o processo que ocorreu no
208segundo semestre do ano passado, em que ocorreram greves, não pelo não atendimento, mas sim, para
209poder-se atender. As condições não permitiam o atendimento. Fizemos audiência pública na Câmara de
210Vereadores. Fizemos diversas reuniões. Em todos estes momentos, tanto Estado quanto município não
211apresentaram suas propostas para resolver o problema. No dia 18 de dezembro, em plenária neste local,
212foi tirada uma Comissão para encaminhar a solução para o Murialdo. Se esta Comissão se reuniu, eu que
213faria parte dela, não fui chamado. Acontece então um processo de municipalização, de legalidade
214questionável, e que não dá resposta a questão fundamental do Murialdo, que é o Ensino. Não dá conta das
215necessidades da população do Partenon. O Termo de Municipalização não foi discutido nem pela
216Comissão criada. Não houve qualquer participação dos Conselhos, dos trabalhadores do Murialdo. Com
217isso, é altamente questionável. Esta Municipalização não vai atender os interesses de ninguém.
218Manifesta-se a seguir o Senhor JOEL que diz da forma como o Dr. NICOLAU manifestou-se, somente
219reforça o desrespeito que a Prefeitura, que o Prefeito FOGAÇA, o Secretário ELISEU tem em relação ao
220Controle Social e o Conselho Municipal de Saúde. Olhem o que ele disse: “ a situação que estava
221colocada em um setor da cidade”, no caso o Murialdo, que é uma reivindicação histórica de Porto Alegre.
222Três Conferências de Saúde deliberaram pela Municipalização, o que o Dr. NICOLAU queria que
223acontecesse quando foi feita uma municipalização unilateral, sem o envolvimento da população, dos
224trabalhadores. O Conselho está recebendo agora o documento e nem se sabe qual é o teor do documento.
225Esta é a forma desrespeitosa, e quero deixar isto registrado aqui, que o Secretário, o Prefeito e as
226representações que vem aqui dizer umas barbaridades sobre uma greve, quando não haviam nem
227condições para o funcionamento. Não precisava nem ter greve. Manifesta-se a seguir o Dr. NEIO LUCIO,
228conselheiro pelo Sindicato Médico, que desde já diz ser triste ouvir este depoimento pelo gestor
229municipal. Fui morador daquela região, pertencendo a Associação de Moradores entre 1982 e 1983. Penso
230que o município foi desrespeitado nesta municipalização, pois não sabe nem o que pegou. Não sabe nada
231do Murialdo. Ninguém sabe nada do que está acontecendo. O crime é duplo. Por não dar assistência e não
232formar. Foi o primeiro lugar na América Latina a ter formação em Saúde Comunitária. As Unidades estão
233sucateadas. Não há Médico de Família para o SUS. Não há formação. A Prefeitura esta tendo dificuldades
234para implantar Equipes pela falta de profissional. Médico de Família, Enfermeiro de Saúde da Família
235tem de ter formação. Tem de fazer grupos, tem de fazer Atenção Primária em Saúde. Quando eu estava no
236GHC, fiz uma Proposta à JUSSARA CONY, de que nós assumíssemos a formação em Saúde da Família
237do Murialdo. Manifesta-se a seguir o Vereador CARLOS TODESCHINI, que identifica, no seu ponto de
238vista, incompetência e falta de vontade, pois a Prefeitura de Porto Alegre tem um Orçamento de 3 bilhões,
239250 milhões de reais. Nós tínhamos Emendas para melhorar o Sistema do Partenon, propondo que
240tivesse outros Postos de Saúde do município na região. Nem uma Emenda foi aprovada, pois a bancada do
241governo passou de patrão e derrubou todas. Portanto se o governo não se planeja e não aloca recursos,
242depois fica disputando migalhas. Temos a Unidade São José, que fica ao lado do Partenon e é importante.
243O que acontece? Depois de algum tempo se conseguiu uma área, que era para uma praça, para fazer o
244Posto de Saúde. O resultado do último boletim do Ministério da Saúde, de 29 de janeiro, consta que está
245ainda faltando documentos. É assim que as coisas andam. Infelizmente é incompetência e
246irresponsabilidade a cada dia, e o Orçamento de Porto Alegre é de 3bi 250 milhões e dizem que a saúde é
247prioritária. Manifesta-se a seguir o Conselheiro LAUDENIR, do SIMPA, que também reconhece que o
248problema do Murialdo não é de agora, mas que já podia ter acontecido uma solução a mais tempo,
249discordando da maneira como o Dr. NICOLAU manifestou-se, parecendo que a população e os

250trabalhadores são os culpados pela situação criada, pela precariedade e incompetência do Gestor. Passa a
251falar o senhor DEOCLIDES. Lembra de seu passado, sendo um dos fundadores da luta pela saúde.
252Iniciando o movimento pela saúde no Morro da Cruz em 1972. No tempo da ditadura, esta não intervinha
253no movimento popular, mas por incrível que pareça hoje as coisas são mais difíceis na relação com os
254Gestores. Hoje o Gestor não respeita os encaminhamentos da comunidade. Fala a seguir o Conselheiro
255HUMBERTO SCORZA, que referindo-se aos médicos residentes, citados antes, lembra que são
256profissionais em formação. Não é que a comunidade não queira o residente, pois este não é mão de obra
257barata. Quando a gente fala, e também falo por mim, vejo que somos rotulados como políticos. Sim,
258somos políticos, mas da política de saúde, não partidária. E sempre lembro da reunião do SENAC onde
259fomos acusados de fazer política partidária. O Senhor Secretário ELISEU SANTOS nunca compareceu a
260uma reunião aqui. Nunca. Manda outras pessoas, para virarem saco de pancadas e ele continua a fazer o
261que quer. E que tristeza pois cada vez mais vejo a falta de respeito que continua em relação ao Controle
262Social. O Dr. NEIO disse bem: “burro o gestor que não sabe ser parceiro da comunidade”. Quero que
263você entendam que vão ficar uma segunda gestão, mas vão passar na Gestão. Nada contra o JAMES,
264contra o NICOLAU, mas, mas é algo muito iníquo. Outro dia dissera-me que deveria ter paciência em
265relação a este processo. Eu processo? Faz-se uma comissão e não se respeita. Não se chamam as pessoas.
266Se assina. O AUGUSTIN declarou que temos de questionar se esta assinatura do Termo é válida.
267Ninguém está querendo o caos, mas as vezes o caos é geração de vida. Precisa vir a iniquidade à flor para
268a gente ver que as coisas não funcionam. Não adianta continuar passando mel na boca. Lembro que
269quando era do Conselho Gestor da Glória, subi no telhado do PACS, com o OSMAR TERRA e o
270Vereador PEDRO AMÉRICO LEAL. E o telhado continua na mesma. É uma falta de respeito ao erário
271público. Manifesta-se a seguir o Conselheiro MASURQUETE, que dirigindo-se ao JAMES e ao
272NICOLAU, diz que lamenta que eles estejam ouvindo tudo o que estão ouvindo. Não precisariam estar
273ouvindo. Como conselheiro acho um absurdo este tipo de coisa pois de vez em quando, faltam
274mecanismos da iniciativa privada para o Gestor Público. A partir do momento que o Murialdo foi
275transferido para o município, através da municipalização, a primeira coisa que o gestor deveria fazer era
276um levantamento de prós e contras, por escrito, e apresentando ao Conselho. Pelo que me consta isto não
277ocorreu. A Prefeitura fez um concurso público com alguns cargos para a saúde. Se tivesse feito isto a um
278ano atrás isto não teria ocorrido. Falta de Planejamento. Ou seja, o Gestor deveria ter um pouco mais de
279pensamento privado para executar seus projetos. Gente capacitada tem. Retoma com a palavra a
280Coordenadora MARIA LETICIA, que encaminha para o Senhor JAMES DA ROSA MARTINS, diz este
281então que todos falaram. Respeitamos a opinião de todos e enquanto representante do Gestor não me
282sinto de nenhuma forma agredido por vocês. Penso que os Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde
283tem um papel importante. Sou um dos que consideram muito o Controle Social. Acho que é um avanço.
284Mas guardadas as devidas proporções e as paixões, que as vezes acaba-se usando, e isto é natural dentro
285de um plenário como este, com respeito a não ouvir a população, parece que o que a população
286reivindicava era a municipalização. É claro que se o posto for municipalizado vai ter médico, vai ter
287assistência. Na verdade foram 10 anos de conversa e não se conseguia obter esta municipalização. Ela não
288acontecia por muitos problemas que existiam e problemas estes que agora depois da municipalização
289estamos encontrando. Respondi ao Dr. HUMBERTO, em outra plenária, que estávamos iniciando o
290processo. Estamos nos reunindo, todas as semanas. Temos problemas de toda ordem. E neste momento. O
291município está fazendo todo o esforço para a comunidade ser atendida. Estamos discutindo o processo de
292Municipalização e estamos encontrando algumas surpresas, que até então não poderiam ser previstas
293antes. O Prefeito FOGAÇA colocou recursos no Orçamento. Quero que vocês nos ajudem. Cada um que
294traz os problemas do dia a dia, o mau atendimento, Unidade fechada, residentes, tudo isto contribui..
295Manifesta-se novamente a Coordenadora MARIA LETICIA lembrando todas as combinações feitas
296em Plenária anteriores e principalmente um Plano Emergencial para o atendimento da população, que
297continua sem atendimento. E este Plano não foi feito, não foi apresentado. Já estamos em fevereiro. Por
298isso nós perguntamos, e não queríamos participar da Comissão para dar palpite, mas sim para saber o que
299está acontecendo. A minha sugestão então, já que não fomos convidados a participar deste grupo é de

300que o Conselho Municipal, o Conselho Distrital, os trabalhadores, os residentes, que se vá a Promotora
301MARINES ASSMANN, para relatar a mesma o acontecido. Volta a manifestar-se o Senhor JAMES
302MARTINS DA ROSA que como proposta de encaminhamento irá verificar a data e horário da próxima
303reunião do Grupo de Trabalho e então se convidará estes representantes indicados e a partir daí
304acompanhando o que está se produzindo. E, combinando também, que se trate de questões que
305contribuam para o avanço do processo, não querendo dizer que não se deva considerar o passado, mas
306trabalhando com o olhar para frente. Mandaremos um ofício indicando local e hora e a partir daí
307passamos a trabalhar juntos. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, para encaminhamentos,
308dizendo que esta proposta feita pelo JAMES, penso, devemos acatar. O Gestor comunicará ao Conselho a
309data e horário e nós comunicaremos aos membros tirados aqui neste Plenário, em seção passada. Volta a
310manifestar-se o Senhor CLAUDIO AUGUSTIN, presidente do SINDISEP lembrando da necessidade de
311que haja um parecer Jurídico sobre o Termo da Municipalização, pois é pressuposto legal, entre tantos
312que qualquer Contrato ou Termo de Parceria passe pelo Conselho de Saúde. Não houve nada disso. Fala
313novamente a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando que exatamente por não termos quem nos dê
314assessoria jurídica, neste caso também, é que recorremos ao Ministério Público, que pode fazer isso.
315Coloca em votação as duas propostas a Coordenadora, e por 19 votos favoráveis, nenhum contrário e
316nenhuma abstenção são aprovadas.. Passa a Coordenadora MARIA LETICIA para os informes, que inicia
317com o Conselheiro OLIR CITOLIN, falando que a população que está hoje na Vila Dique deverá ser
318transferida para o Porto Seco. A Unidade de Saúde do Conceição que atende na Vila Dique, deverá
319também ser transferida para lá. No Projeto novo a Unidade é muito pequena. Uma caixa de fósforo. O
320que nós queremos, e peço ao JAMES, representante do Gestor, que negociemos a ampliação deste espaço.
321São 38 funcionários, para atenderem 7 mil usuários. Três Consultórios médicos, um odontológico.
322Teremos os Residentes, em psicologia, assistência social e mais outras. É um espaço muito pequeno e
323precisamos ampliar para atender melhor os usuários. Na verdade queremos que todos os Postos tenham
324melhores condições, sejam maiores. Fala a seguir o Conselheiro HUMBERTO SCORZA, que diz que
325nós que trabalhamos com Movimentos Sociais, que buscamos uma sociedade mais justa, perdemos um
326grande companheiro que foi o ADÃO PRETTO. Ele começou a sua vida como um trabalhador rural,
327muito pobre. Passou pela Pastoral da Igreja, CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) e foi cada vez mais,
328através do conhecimento da palavra, não das coisas fantasiosas, místicas, irresponsáveis e não
329comprometidas com o movimento social, a voz dos pequenos trabalhadores rurais, dos trabalhadores sem
330terra, aqui no estado e após a nível federal. Ridicularizado no início, pois lá havia muito deputado doutor.
331Como ele falava com o coração, dizia as verdades. Ele conseguiu ser a voz de quem não tem voz, como os
332agricultores e outros movimentos. Tenho certeza de que ele está muito bem. Melhor do que nós, agora.
333Então, tenhamos ele como exemplo, JAMES (dirigindo-se ao representante do Gestor), pois nós nunca
334temos nada pessoal. São questões de entendimentos que criamos nesta cidade. Peço que continuemos o
335trabalho dele. Ele está sendo velado na Assembléia Legislativa, durante a noite e amanhã será transferido
336para o Cemitério da Paz, onde Dom BALDUINO, bispo ligado aos movimentos sociais, rezará a missa de
337corpo presente e após será sepultado, as 10 horas. E é importante registrar que o que estamos vendo hoje
338na Assembléia é a manifestação do povo, dos pequenos produtores, que trouxeram sua produção.. A
339demonstração do povo é muito melhor do que aquelas demagogias, tapinhas nas costas, palmas. Pediria
340então que quem quiser que vá até lá na Assembléia ou ore e, uma salva de palmas ao ADÃO PRETTO. O
341próximo informe é feito pelo conselheiro NEIO LUCIO, do Sindicato Médico, que diz que ontem a
342Comissão Estadual de Residência Médica esteve reunida e irá procurar a Comissão Nacional de Residência
343Médica para tratar do caso do Complexo Hospitalar da ULBRA, que não tem mais condição de funcionar.
344Outra questão que estamos vivendo, principalmente dentro da Traumato-Ortopedia, o Sindicato Médico
345fez uma denúncia, tentou falar com a Secretaria da Saúde do Município, não obtendo resposta, pois temos
34630 leitos montados, desde o dia 8 de dezembro, na Beneficência Portuguesa, num convênio, que por
347burocracia, até agora não foi assinado com o Hospital Mãe de Deus, que é quem será o responsável por
348estes leitos. Funcionários parados. São leitos na área de traumato-ortopedia. A coordenadora MARIA
349LETICIA, sobre esta questão, diz ter o Conselho enviado ofício ao Gestor e não ter recebido resposta até

350agora. Fala a seguir a Conselheira SANDRA PERIN registrando que esteve presente no Fórum Social
351Mundial em Belém, capital do estado do Pará, que foi antecedido pelo Fórum Social Mundial da Saúde, e
352fiquei muito pesarosa por não termos representação do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre,
353apesar de eu ser conselheira aqui. Tínhamos, por exemplo, a representação do Conselho Municipal de
354Saúde de Belo Horizonte, em peso, marcando espaço nas atividades. Tivemos uma agenda de
355encaminhamentos, que passei hoje para o Conselho e não sei se já foi repassado aos Conselheiros. Temos
356coisas importantes como a Conferência Mundial Sobre o Desenvolvimento do Sistema Universal de
357Saúde e Seguridade Social que tem chamamento para realizar-se em dezembro deste ano em Brasília.
358Temos que nos preparar, discutir, ver o que levaremos para lá. Pensar nesta Conferência, para estarmos
359presentes. Manifesta-se o Senhor JAMES, que respondendo ao Dr. NEIO LUCIO, diz que na gestão
360pública existem alguns rituais. Este Convênio com o Mãe de Deus foi no final de ano, final de gestão,
361final de mandato. Temos a questão do fechamento de Orçamento, que em certas situações nos pega de
362surpresa, em função de toda uma legislação. Foi este o caso. O Orçamento abriu em 8 de janeiro deste
363ano. Também não podemos perder de vista que estamos numa crise, que parece, para alguns, que por aqui
364não vai acontecer, mas precisamos nos precaver. A Prefeitura está com uma queda de receita desde
365outubro do ano passado. O Gabinete de Programação Orçamentária está revendo algumas situações e
366como não poderia deixar de ser a Secretaria da Saúde está incluída nisso. Então o Convênio deverá ser
367assinado a partir desta semana que entra, pois estávamos aguardando sobre todas estas situações, que
368muitas dependem de questões legais. Fala a seguir a Conselheira CLAUDIA FELDMANN, que
369fazendo referência a fala do Senhor JAMES lembra a situação da ULBRA, em que o problema não é
370conjuntural e sim estrutural. Então, reafirmando novamente que a ULBRA continua em greve. O
371Hospital Álvaro Alvim e o ULBRA Saúde retornaram pois foram pagos os salários. Mas o Hospital de
372Canoas e o Hospital Independência estão num processo de greve pois o salário de dezembro, a 2ª parcela
373do décimo terceiro, não foram pagos. Já estamos em fevereiro. Tem o salário de janeiro a ser pago. Ouve-
374se muito falar em ética, moral, mas qual a ética de um empregador em relação aos seus empregadores,
375que não paga os salários. Falamos isto para ter bem presente pois o que sai na mídia é uma outra imagem,
376que é o retorno ou não da filantropia, isenção de impostos. As diversas entidades envolvidas nesta
377questão como Sindicato dos Enfermeiros, Sindicato Médico, SINDISAÚDE, Conselhos, SINPRO, não
378permitirão que se coloque dinheiro público nestas instituições. Fala a seguir o Senhor PEDRO RIBEIRO,
379informando que na terça feira que passou, na reunião do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal,
380houve pauta única sobre a Emergência da Saúde Mental. A situação está se tornando de emergência
381mesmo, com sinais, sintomas de uma nova paralisação. Convidamos todas as instituições ligadas ao tema.
382Como encaminhamento se tirou que o Conselho Distrital irá fazer um Manifesto para dar publicidade à
383situação, que se encaminha para o caos. Também entendemos na reunião que neste momento temos de ter
384ações prepositivas. Fala a seguir o Conselheiro JOSÉ CARLOS VIEIRA, que primeiramente registra que
385a obra da Ecoclean, na Estrada do Lami, já está em andamento. Outro assunto é sobre a nossa visita nesta
386manhã na Unidade de Saúde do Lami, coisa que já de muito tempo viemos reclamando. Não temos
387Operação Verão e lá no Lami ficamos sábado, domingo, segunda(feriado) terça, sem atendimento em
388saúde, sem médico. Ontem, a Comissão de Fiscalização esteve lá visitando a Unidade de Saúde, e mais de
38950 pessoas aguardando por médico, pois na terça feira não houve atendimento. Ontem, eram 10 horas e as
390pessoas estavam aguardando o médico. A Coordenadora está de férias e ninguém responde pela Unidade.
391Ela tinha de tirar férias mesmo pois é Coordenadora, pediatra, clínico geral, administrativo. Além disso,
392chegamos na Unidade do Lami e a enfermeira que estava lá não queria nos deixar entrar. Não sabemos
393oficialmente que é nosso novo Gerente. E aqui eu quero sugerir, em nome da Comunidade, alguém que
394conhece a região, os nossos problemas, para a gerência, que é a Dra. ANA MARIA CIRNE. Volta a
395palavra para a Coordenadora MARIA LETICIA, que diz à todos que o volume de informações que
396teríamos a repassar à vocês é muito grande. O que acontece no dia a dia do Conselho é muito dinâmico.
397Uma destas informações é uma notícia boa, qual seja, quando conversei com a Doutora MARINES
398ASSMAN, sobre o Murialdo, ela me repassou a informação do resultado de um Acórdão, onde os
399desembargadores decidiram negar provimento a petição do estado sobre uma Ação Civil Pública do

400Ministério Público Estadual, para o cumprimento da Emenda Constitucional 29 no Orçamento de 2003.
401Leio um trecho da Juíza: “(.....)**não se trata de ter o Estado deixado de cumprir com as vinculações**
402**constitucionais, eleitas democraticamente, mas sim de simplesmente tê-las cumprido de forma da**
403**diversa estabelecida e pior, sob o argumento da adoção de subterfúgios necessário, manipulando**
404**rubricas e alterando confessadamente o destino das verbas relacionadas ao Sistema Único de Saúde**
405**para outras atividades não universais e igualitárias da saúde. (.....)Não há nas exatas palavras da**
406**Dra. MARINES ASSMANN, Promotora de Justiça que atua junto a procuradoria de Justiça que**
407**atua junto à Promotoria de Justiça e Direitos Humanos , como dizer que o conceito de saúde é**
408**amplo, podendo o gestor interpretá-lo livremente, incluindo as previsões orçamentárias no cômputo**
409**dos gastos com ações de saúde como entender conveniente. O que se vê é a inobservância pelo**
410**Estado, das normas constitucionais relativas ao financiamento do SUS, que bem redundando, há**
411**muito tempo, em grave redução de investimentos públicos no setor, gerando uma situação**
412**calamitosa de saúde do Rio Grande do Sul, amplamente noticiada nos meios de comunicação. O**
413**demandado, responsável pela salvaguarda e garantia do direito à saúde, mediante sua atuação**
414**omissiva ao deixar de destinar o montante devido a pasta da saúde, tem causado dano efetivo e de**
415**difícil reparação à população, o qual deve ser reparado”.** Então este foi o voto da juíza que foi para o
416voto dos desembargadores. Para encerrar mais um informe, o de que na semana passada participamos do
417Seminário promovido pela FAMURS, com os novos Secretários de Saúde dos municípios, promovido
418pela ASSEDISA. E lá confirmamos novamente, sobre Relatório de Gestão, que os mesmos devem ser
419trimestrais. Isto me foi confirmado pelo Coordenador nacional do DENASUS, o Senhor LUIZ BOLZAN.
420A Portaria a que fez alusão Gestor, no caso o JAMES, ela regula o fluxo do Relatório Anual de Gestão,
421mas os Relatórios Trimestrais continuam a obedecer a Lei.. Então era isso, são 21:40 horas, obrigado a
422todos e nada mais havendo a tratar lava-se a presente ata.

423

424

425

426

427

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
Coordenadora da Plenária

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário